

SINPOL-AM em Ação



Em Defesa de Melhores Condições de Trabalho Para os Policiais Civis Lotados no Interior



Representante do SINPOL-AM, o Vice-Presidente Renato Bessa visitou o município de Humaitá, no Sul do Amazonas, a fim de refutar o desvio e acúmulo de função relativo à custódia indevida de presos de Justiça nas dependências da Delegacia.



Desvio de Função:

SINPOL-AM realiza visita inédita à Humaitá para abordar questão de custódia indevida de presos de justiça

As Delegacias de Polícia Civil no interior do Estado do Amazonas têm sido usadas de **maneira inadequada**, funcionando como **"cadeias públicas"** e **"penitenciárias"**. Essa prática traz **consequências graves**, uma vez que essas instalações não foram projetadas para esse propósito, e, de igual modo, tal prática extrapola as atribuições constitucionais dos Policiais Civis.

No decorrer do tempo, **houve um desvio das funções** originais das Delegacias de Polícia Civil, onde Delegados, Investigadores, Escrivães e outros membros da equipe são envolvidos em tarefas ligadas ao Sistema Penitenciário, sem a formação apropriada ou base legal.



Isso tem gerado diversas preocupações, como:

Condições Precárias de Detenção:

As celas nas Delegacias não foram concebidas para manter detentos por períodos prolongados, o que viola seus direitos fundamentais.

Riscos à Segurança:

A superlotação nas Delegacias cria riscos adicionais para a segurança dos policiais, detentos e da comunidade. As instalações não estão preparadas para lidar com emergências.

Impacto nas Investigações:

A falta de espaço nas Delegacias prejudica investigações em andamento e a capacidade das autoridades de realizar seu trabalho de forma eficaz.





Solicitamos a atenção a medidas como:

Transferência Adequada:

Pedimos que detentos provisórios e sentenciados sejam custodiados em Unidades Prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), conforme o Provimento n° 309/2017 - TJAM, respeitando prazos legais e a segurança dos policiais.

Ação para Mudança:

Informamos que estamos planejando iniciar uma Ação Civil Pública para garantir as atribuições da polícia judiciária e assegurar a observância da Lei de Execuções Penais.



O objetivo é assegurar que as Delegacias desempenhem suas funções com eficácia, mantendo seu papel original de polícia judiciária.

Medidas estão sendo exploradas para garantir a segurança de todos os envolvidos e permitir que os policiais executem suas responsabilidades de maneira apropriada.

Comprometemo-nos em promover mudanças positivas e seguras nas Delegacias do Amazonas. Buscaremos soluções que respeitem os direitos humanos, protejam a integridade dos policiais e mantenham a qualidade das investigações.

